

Despacho:

Concordo com as propostas apresentadas.
Submeta-se à consideração do Conselho Intermunicipal.

Primeiro Secretário do SEI da CIM Cávado
Rafael Amorim

Aprovado em Conselho Intermunicipal a repartição financeira proposta.

Submeta-se à aprovação pela Assembleia Intermunicipal da despesa Plurianual, condicionada a aprovação da revisão do Plano Plurianual de Investimentos.

Anexe-se à presente informação os correspondentes extractos de ata com as referidas aprovações do Conselho Intermunicipal e Assembleia Intermunicipal

Chefe de Divisão Administrativo-Financeira

Maria de Fátima Barbosa

(Apoio administrativo e Secretariado das reuniões do CI conforme designação do ponto 1/d) Ata n.º 1 de 26/10)

INFORMAÇÃO- 14.11.2022

Empreitada do edifício sito na Rua do Carmo nº 31 e 33 para criação de Espaço Coworking no R/C e manutenção e conservação dos andares 1 e 2:

- Assuntos:**
- 1º.** Proposta de Repartição financeira pelos municípios do custo;
 - 2º.** Proposta de Submissão pelo Conselho Intermunicipal para prévia autorização da despesa plurianual pela Assembleia Intermunicipal, condicionada a aprovação da Revisão do Plano Plurianual de Investimentos.

I – CONSIDERANDO QUE:

- 1.** Em **25.03.2022**, a Comunidade Intermunicipal do Cávado (*CIM Cávado*), apresentou a candidatura “Teletrabalho - Criação de espaços de Cowork” ao Aviso de Abertura de Concurso PRR 03/C19-i07.05/2021 - “Criação de espaços de Cowork” de forma a criar, em Braga, 12 postos de trabalhos para trabalhadores da administração pública (utilização individual), organismos da administração pública (utilização coletiva) ou, caso existam vagas disponíveis e por via de mecanismos de discriminação positiva, para o acesso a trabalhadores com dependentes (descendentes e

- ascendentes) a seu cargo, com maior distância entre o local de residência e de trabalho e/ou pertencentes ao género sub-representado.
2. Esta candidatura, além de traduzir um esforço desta instituição no cumprimento das metas relativas à descarbonização, eficiência energética e conciliação da vida profissional e familiar dos trabalhadores da administração pública numa altura de profunda crise de nível mundial, representa, para a CIM Cávado, a oportunidade de potenciar a utilização de uma parte do imóvel onde estão sediados os nossos serviços e, dessa forma, devolver à comunidade a fruição de uma parte desse edifício, classificado, que se encontra encerrado.
 3. A nossa CIM Cávado está sediada num imóvel, com diversos edifícios, de construção, *circa* séc. VXIII, identificado como Recolhimento da Caridade de Braga e que, após ter sido entregue ao Estado, na altura da Primeira República, foi classificado, em 1986, com interesse municipal, mas esteve em abandono até recuperação na década de noventa do século passado. Contudo, embora tenha albergado diversos serviços públicos, um desses edifícios, encontra-se encerrado há mais de uma década.
 4. De forma muito resumida, que poderá ser escalpelizada numa reunião com Vossa Excelência, caso assim considere pertinente, no seguimento da extinção das Assembleias Distritais, a nossa entidade tornou-se proprietária de um imóvel, em 2015, denominado Casa Museu dos Biscainhos, que está a ser gerido pelo Ministério da Cultura e pela Direção Geral da Cultura Norte.
 5. Não obstante as excelentes relações institucionais entre a nossa CIM Cávado e aquela tutela, desde finais de 2020 que temos estado, em estreita colaboração com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), do Ministério das Finanças e da Cultura, a preparar uma permuta da Casa Museu dos Biscainhos, por diversos imóveis, entre outros, os 3 edifícios sítos Rua do Carmo, 27 a 33, onde a CIM Cávado está instalada desde há várias décadas e que são propriedade do Estado Português/Ministério das Finanças.
 6. As avaliações foram todas efetuadas, o processo está devidamente homologado pela DGTF e pelo Ministério das Finanças e poderá vir a ser concluído em breve. Razão pela qual, estas instituições

emitiram, em **24.01.2022**, uma autorização para a CIM Cávado intervir no imóvel onde se pretende incluir o espaço de *Coworking* e incluído no processo de candidatura ao PRR.

7. Com essa autorização foi possível iniciar o projeto de arquitetura para o espaço que, tendo previsto um valor orçamentado perto dos **200.000,00** euros para intervenção, ao nível do interior do edifício no rés-do-chão, instalação elétrica, térmica e pintura de fachada, também foi inserido no processo de candidatura ao PRR.
8. Assim, em **25.03.2022**, a CIM Cávado estava na posse de todos os elementos necessários para iniciar a execução da candidatura, mal estivesse aprovada, e desta forma cumprir, de forma cabal, com todos os objetivos propostos.
9. Não obstante na data da apresentação da candidatura, não ser possível prever uma data para a aprovação da mesma, a CIM Cávado, considerando a importância do projeto, não ficou parada e, de imediato, iniciou a preparação de diversos elementos para que, sendo possível, avançar com o Concurso Público da Empreitada logo que a candidatura estivesse aprovada.
10. Para esse efeito, em **07.09.2022**, depois de meses de preparação de diversos elementos relativos ao procedimento de contratação pública, com base numa equipa multidisciplinar criada para o efeito, foi possível lançar uma consulta preliminar ao mercado cujo objetivo único foi de obter valores de referência para o Preço Base do Concurso Público de Empreitada.
11. Tendo essa consulta terminado em **20.09.2022**, fomos surpreendidos com apenas as seguintes duas propostas de valores (acresce IVA à taxa legal em vigor):
 - a. **380.325,10 euros** pela entidade NMS Engenharia e Construção, Lda. (NIF 514783389);
 - b. **394 800,78 euros** pela entidade Pedrivalões, Lda. (NIF 507365640).
12. Em resultado desta consulta é fixado o preço base arredondado de **387.600,00 euros** (acresce IVA à taxa legal em vigor), que, por certo, estarão motivados pelo agravamento da crise energética, conflito armado na Ucrânia e pela incerteza quanto ao aumento de preços de matéria prima e mão de obra, e que têm um duplo impacto na prossecução deste projeto.

13. Por um lado, nos termos legais e estatutários em vigor, obrigam a um pedido de autorização de despesa à Assembleia Intermunicipal, que dado os condicionalismos legais do nosso regime de funcionamento, só será possível em dezembro deste ano, o que protela a abertura do procedimento para essa data, e, por outro, duplicam o valor que tínhamos previsto gastar ao nível da empreitada.
14. Em **14.09.2022**, ou seja, mais de seis meses após a apresentação da candidatura, foi a CIM Cávado notificada para se pronunciar, em sede de audiência dos interessados, da aprovação condicionada da mesma à apresentação de um regulamento de utilização daquele espaço.
15. Ato contínuo, esta CIM Cávado aceitou a proposta de aprovação efetuada, prescindiu do prazo para se pronunciar sobre a mesma, requereu o envio, imediato, do termo de aceitação e comprometeu-se a remeter o referido regulamento de utilização do espaço no prazo fixado e que veio a acontecer em **21.10.2022** - *Cf. Doc. 1*
16. Ou seja, tendo a CIM Cávado, *grosso modo*, a possibilidade de financiamento do PRR da empreitada, apenas, para **100.000,00** euros e estando obrigado a concluir, física e financeiramente esta candidatura até **30.06.2023**, estamos perante um dilema que poderá colocar por terra todo o esforço e trabalho de diversos colaboradores da CIM Cávado nos últimos 12 meses e a possibilidade, como supra referimos, de devolver à comunidade a fruição de um património classificado que se encontra, na presente data, fechado.
17. Em **03.10.2022**, inquirimos a Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional (*SEDR*) para que, com a sua magistratura de influência, e/ou do Ministério da Coesão Territorial onde está inserida essa Secretária de Estado, nos conseguisse auxiliar, junto da Estrutura de Missão Recuperar Portugal e da DGAEP - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público – entidade responsável pela avaliação das candidaturas – a obter: i) Aumento do valor de comparticipação da empreitada, por via de reforço financeiro da dotação do Aviso; ou ii) transferência de valores de outras candidaturas não apresentadas ou não aprovadas – *Cf. Doc. 2*.

18. Em **07.10.2022**, o Gabinete de Apoio da SEDR respondeu que o limite de apoio a atribuir a cada beneficiário final é de 127.000,00 euros e que não seria possível atender ao pedido efetuado – *Cf. Doc. 3.*
19. A CIM Cávado, merce dos diversos projetos onde esta envolvida, das sucessivas transferências de competências, sobretudo, nas áreas sociais, educação, entre outras, têm, de uma forma responsável e considerando as saídas efetuadas – reforma ou mobilidade - reforçado o seu quadro de pessoal.
20. Tem, também, e em articulação com o Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Universidade do Minho e Universidade Católica, apostado numa forte política de estágios de média e curta duração, elaboração de projetos de final de curso e aguarda pela abertura de mais uma edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local.
21. A CIM Cávado aposta no desenvolvimento dos mais jovens como forma de atrair novos recursos humanos para a administração local, com qualidade, conhecimento e vontade de desenvolver projetos intermunicipais.
22. O facto da CIM Cávado esta a desenvolver diversas candidaturas, fora do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, vulgo contratualização NORTE 2020, poderão, a médio prazo ter impacto no número de colaboradores.
23. Além do impacto que estas atividades têm no quadro de pessoal da CIM Cávado, criam constrangimentos na utilização do espaço físico. Por exemplo, o auditório da CIM Cávado que, amiúde, é necessário retirar ou colocar mobiliário para, conforme as necessidades o mesmo ser usado como sala de reuniões - Conselhos Intermunicipais – ou para sala de formação com 40 cadeiras, ou a constante ocupação de salas para reuniões, sejam do espaço de biblioteca ou do proprio gabinete do Secretariado Executivo.
24. A adesão à modalidade de teletrabalho, sendo pontual, usada em circunstâncias particulares e devidamente monitorizada pelos nossos serviços, não constitui regra para a prestação de trabalho que, a pedido dos diversos colaboradores, continua a ser efetuada integralmente nas nossas instalações.

25. Ao nível da reserva de espaço para arquivo, documentação e biblioteca há um crescendo da ocupação de espaço que não é suscetível de ser eliminado a curto prazo.
26. A CIM Cávado já está a ocupar algumas das salas da parte do edifício correspondente às portas 31 a 33 para depósito de maquinaria – resultante das candidaturas relacionadas com proteção civil – guarda de bens – relativa as candidaturas para combate à Vespa Velutina – ou de merchandising diverso que é transversal a toda a atividade desta entidade e decorrente das obrigações de comunicação que lhe são adstritas enquanto, por exemplo, organismo intermédio ou executor de Fundos Europeus.
27. Não obstante todo o esforço de digitalização e desmaterialização que tem sido efetuado desde 2021, há um aumento da utilização de espaço para instalação de hardware, como servidores, e que, neste momento, já ocupam uma das salas disponíveis para recursos humanos.
28. A zona de refeições, que está colocada numa saleta, junto ao sótão, do último andar do edifício, necessita de remodelação e começa a ser exígua dado o aumento de utilização em virtude do agravamento do custo de vida.
29. Na presente data, a parte do edifício da Rua do Carmo, correspondente aos números 27 a 29, e onde, há décadas, estão instalados os serviços da CIM Cávado, tem todos os seus postos de trabalhos atribuídos sendo que, na presente data, vamos ser obrigados a, por exemplo, ocupar um *open space* com cinco colaboradores, quando antes tínhamos 3, colocar secretárias de apoio para estagiários em salas onde estão dois colaboradores, entre outras iniciativas que permitam rentabilizar o espaço.
30. Todos os argumentos suprarreferidos, justificam uma intervenção no espaço, encerrado, há décadas de forma a aliviar a pressão que existe sobre o espaço atualmente utilizado.
31. Contudo, acresce ainda que a requalificação necessária não é uma intervenção de fundo – atento o estado de conservação do espaço –, não é uma construção nova e será basicamente um refrescamento e alteração de uso do rés do chão que, face as atuais condições de mercado, levaram a um aumento dos custos.

- 32.** Há necessidade de assegurar um espaço condigno, e estável, para as reuniões do Conselho Intermunicipal que nunca existiu, a necessidade de separar a parte administrativa da CIM Cávado, da parte operacional e, por fim, promover a requalificação urbana nesta zona e devolver à comunidade a fruição de um património classificado que se encontra fechado.
- 33.** Contudo, considerando os valores suprarreferidos, além do montante financiado pelo PRR, o valor que a CIM Cávado poderá, a expensas próprias suportar, será necessário acautelar um valor suplementar de 180.000,00 euros.
- 34.** Nessa medida, apresentamos uma proposta de repartição financeira correspondente ao esforço financeiro dos municípios na obra do edifício da Rua do Carmo 31 e 33 com base no usual critério de distribuição, 50% de forma igualitária e 50% em função do FEF – Cf. Doc. 4.

II – PROPÕE-SE:

- 1º.** Nos termos suprarreferidos, que o Conselho Intermunicipal aprove a repartição financeira referida e, dessa forma, permitir a concretização da execução da candidatura ao PRR para Co-Working e requalificar o espaço constante do n.º 31 a 33 da Rua do Carmo;
- 2º.** Se aprovada a repartição referida anteriormente e, condicionada a aprovação da Revisão do Plano Plurianual de Investimentos, que o Conselho Intermunicipal submeta para prévia autorização da despesa plurianual de pela Assembleia Intermunicipal da empreitada do edifício sito na Rua do Carmo nº 31 e 33 para criação de Espaço Coworking no R/C e manutenção e conservação dos andares 1 e 2, cujo Preço Base fixa em **387.600,00 euros** (acresce IVA à taxa legal em vigor), com base na Consulta Preliminar que iniciou em 07.09.2022 e terminou em 20.09.2022 - Cf. Doc. 5.

Braga, 14 de novembro de 2022

ANEXOS:

- 6 anexos

À consideração superior

Declaração de Cabimento de 14.11.22 - Cf. Doc. 6

Chefe de Divisão Administrativo-Financeira
Maria de Fátima Barbosa